



Os Desafios para a Inclusão Social - Uma iniciativa na cidade de São José dos Campos

Rafael de Siqueira Santos¹, Raquel de Souza Martins Lima², Valéria Zanetti³, Sandra Maria Fonseca da Costa⁴

^{1,2,3,4} Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos – SP, 12244-000

faelsiq@hotmail.com¹, rsmartins@uol.com.br², vzanetti@univap.br³, sandra@univap.br⁴

Resumo - Desde 1990 têm sido implantadas diversas políticas públicas de educação que visam incluir jovens das chamadas camadas populares à educação superior. Se por um lado essas políticas têm como objetivo permitir o acesso de alunos às universidades, por outro lado, a evasão escolar se mostra uma barreira à inclusão social. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2012, apenas 14,6% dos jovens em idade regular entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados nesse nível de ensino. Analisadas essas propostas, sem nos atermos as questões de qualidade do ensino oferecido, o estudo apresentado tem o objetivo de verificar se essas políticas têm desempenhado o papel proposto e como a sociedade tem se mobilizado nesta causa, focando essa análise numa iniciativa na cidade de São José dos Campos.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Inclusão Social, Políticas Públicas, Ensino Superior, História, Educação.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Ao analisarmos a história da educação no Brasil verificamos que desde seu início a educação foi seletiva, um privilégio de poucos, voltada para atender os segmentos hegemônicos da sociedade. Apesar do crescimento progressivo das instituições de ensino superior e dos modelos de universidade no cenário brasileiro, a educação superior continua sendo privilégio de uma minoria, conforme dados do último censo nacional de 2010. De uma população de 190 milhões de habitantes (97 milhões feminino e 93 milhões masculino), menos de 5%, isto é, 6.197.319 (2.667.423 homens e 3.529.896 mulheres) tiveram acesso ao ensino superior e, somente, 255.235 tinham diplomas de pós-graduação (Mestres e Doutores). Esse número mostra a dificuldade do acesso ao ensino superior já que entre 1994 e 2000, verifica-se aumento de 38% de Instituições de Educação Superior (IES) no país, montante em que as privadas apresentaram crescimento de 58%, enquanto as públicas tiveram diminuição de 23% (SGUISSARDI, 2004).

A partir dos anos 1990, com a nova configuração da educação superior brasileira, foram colocados à disposição dos estudantes alguns programas com objetivo de facilitar a sua entrada ao ensino superior. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) criado pela Medida Provisória no. 1.827/99 é um apoio financeiro sob a forma de concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em IES privadas, com avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) facilita a

ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas, por meio de financiamento público (Dias Sobrinho & Brito, 2008). Esses dois programas abrangem cerca de 40% dos alunos do Ensino Superior Privado no Brasil, dados do Ministério da Educação em 2014.

Ristoff (2008, p. 45) entende, contudo, que

A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais — ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior.

Não basta então a criação de vagas, as políticas precisam alcançar a permanência dos alunos nas universidades.

Apesar das Políticas Públicas disponíveis os estudantes de classes menos favorecidas encontram inúmeras dificuldades para a conclusão do curso superior. Segundo Sacramento (2009, p. 3) “superadas as dificuldades de acesso surgem outras que podem comprometer a permanência e término do curso”.

Conforme Cunha afirma que

As dificuldades não estão somente relacionadas a adaptação ao ambiente acadêmico universitário, mas também em custear sua moradia, o transporte e alimentação, bem como a aquisição de livros, fatores que são determinantes para ocasionar insegurança e podem levar ao abandono do curso.

A sociedade se mostra sensível a essas dificuldades e algumas ações empreendedoras têm



procurado minimizar a deficiência do Estado em oferecer educação.

O estudo tem o objetivo de verificar se essas políticas têm desempenhado o papel proposto e como a sociedade tem se mobilizado nesta causa, tendo como objeto de análise o Instituto Semear em São Jose dos Campos/SP.

Metodologia

O estudo se insere no campo da História e Educação, a partir da análise de estudo de caso, tendo o Instituto Semear em São José dos Campos como foco da discussão. Valeu-se do recurso da revisão bibliográfica sobre as políticas públicas e procurou-se analisar se elas efetivamente atuam como facilitadoras da inclusão social. Para isso foram consultados livros, artigos e teses sobre o assunto. Na questão específica sobre o Instituto Semear foram realizadas entrevistas e consultado o material disponibilizado pela Instituição.

Discussão

A Educação Superior no Brasil

O desenvolvimento da educação no Brasil começou muito tardiamente. No Brasil Colônia, os jovens eram enviados para estudar nas universidades europeias, especialmente em Coimbra, Portugal. Com raras exceções, alguns jovens vindos de famílias menos favorecidas conseguiam frequentar cursos superiores por meio do ingresso na vida religiosa e, portanto, com o apoio da Igreja.

Segundo Aprile e Barone (p. 41) por volta de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, registra-se a criação das primeiras escolas isoladas de educação superior no País,

concebidas à luz do “modelo napoleônico”, centrado em cursos e faculdades, estruturados de forma independente e não propriamente a partir da concepção de universidade.

No Brasil, a primeira Universidade foi criada muito tardiamente, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro que incluía uma confederação de escolas – Medicina, Politécnica e Direito (FÁVERO, 1999). Alguns anos mais tarde, em 1927, a Universidade Federal de Minas Gerais foi inaugurada à luz do modelo neonapoleônico, aglutinando cinco faculdades — Engenharia, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia. Tratava-se de um modelo de administração centralizada, que pressupunha alguma coordenação em relação aos cursos de formação profissional. Para Cunha (1980; p. 281) já na primeira metade dos anos 30,

a maioria dos estudantes das escolas superiores [...] era constituída de jovens oriundos das camadas médias, filhos de funcionários do Estado e de empresas particulares, assim, como de profissionais liberais.

Sob o contexto de Revolução de 1930, foram criadas duas universidades, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Em 1962, foi fundada a Universidade de Brasília. (UnB). Ainda na década de 60, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu um movimento que defendia uma reforma universitária, sendo uma das principais bandeiras a democratização do acesso ao ensino superior que deveria ocorrer pela ampliação do número de vagas e pela rediscussão dos exames vestibulares, entre outros aspectos da universidade (SGUISSARDI, 2004).

Até 1968, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Também foram criadas nove universidades religiosas, oito católicas e uma presbiteriana (Soares, 2002). Logo após 1968, ocorreu a expansão do setor privado que criou inúmeras faculdades isoladas, na periferia das grandes metrópoles. Em 1970, havia 425.478 estudantes cerca de 51% deles em instituições privadas.

Uma proposta para a democratização da educação

O processo para democratização do ensino superior no Brasil deu-se a partir de 1995, como resultado da chamada Agenda Neoliberal, cujas decisões políticas influenciaram as mudanças das práticas de incentivo e financiamento do ensino superior e da orientação do Banco Mundial que recomendava uma maior interferência do Estado na política educacional, diminuindo a gratuidade escolar superior e incentivando o acesso das minorias ao ensino superior através de financiamentos, bolsas auxílio, entre outros, como forma de desenvolvimento à democracia (LUCHMANN,2007).

Apontava-se na época para a necessidade de uma nova reforma, não com um único documento oficial, mas com série de projetos e programas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi a principal iniciativa implementada, que gerou uma crise no setor público e estimulou a privatização entre universidades públicas e privadas. Essas alterações viabilizaram a dissociação entre Ensino-Pesquisa nas Universidades, os cursos sequenciais, o Exame Nacional de Ensino Médio

(ENEM), como alternativa aos vestibulares, o Provão, como forma de credenciamentos dos cursos, e a elaboração de um Plano Nacional de Educação (MENEGHEL 2002, p. 85).

O Plano Nacional de Educação (PNE) que vigorou entre 2001 e 2010 propunha como meta a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. No texto do novo PNE, Lei nº 8.035 de 2010, aprovado em 2012, houve um avanço em relação a essa meta, e a proposta em andamento é pela elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Segundo Prestes, Jezine e Scocuglia, até o final do Séc. XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior em todo o país, com cerca de 10.000 estudantes. Cem anos depois, entre os anos de 1991 a 2010, o número de Instituições do Ensino Superior – IES aumentou de 893 para 2.377 estabelecimentos, com o setor privado detendo 2.099 desse total. Neste mesmo período as matrículas evoluíram de 1.565.056 (1991) para 6.379.299 (2010) em cursos presenciais, em que se registra desta totalidade 4.736.001 no setor privado (INEP/MEC, 2011), denotando a tendência global de crescimento acelerado do ensino superior através do ensino privado.

Apesar da grande expansão da educação superior no Brasil, este número ainda não é capaz de atender a demanda do país e esbarra em outras barreiras, pois os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) demonstram taxas de escolarização líquida e bruta de 50,9% e 85,2% respectivamente, indicam que, aproximadamente, 36,5% da população ingressante no ensino médio não alcançam – ou não alcançaram ainda – o ensino superior.

Evasão Escolar

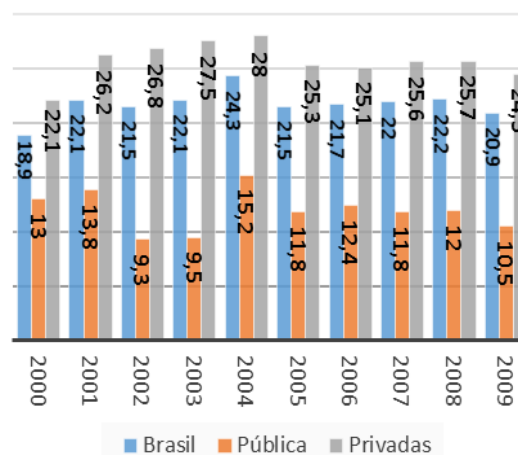
A evasão escolar é um problema que atinge universidades públicas e particulares de forma crescente em todo o país. As perdas por parte de estudantes que iniciaram seus estudos e não concluíram tem comprometimentos econômicos, sociais e também acadêmicos.

Segundo o Instituto Lobo, uma das causas da evasão escolar superior é a

limitação das políticas de financiamento ao estudante: que mesmo com o FIES e o PROUNI ainda são largamente insuficientes (inclusive para os alunos do setor público que, em muitos casos, deixam

de estudar por não terem meios financeiros de se manter).

Tabela 01 - Percentual de evasão na educação superior brasileira



Fonte: Instituto Lobo

O Censo de Educação Superior de 2013 mostrou que, na última década, o número de estudantes que se formaram caiu apesar do aumento do número de matrículas, segundo dados divulgados pelo MEC.

As condições socioeconômicas também consistem em uma barreira para a continuidade dos estudos. Segundo pesquisa apresentada no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil, em 2011, a maioria dos estudantes do curso superior federal é egressa das classes econômicas C, D e E.

Tabela 2: Percentual de estudantes de instituições federais de educação superior por classe econômica

Classe econômica	Classe econômica		
	1996/1997	2003/2004	2010
A	12,6	15,6	15,3
B	43,1	41,5	41,1
C	30,5	30,9	33,6
D	10,5	11,1	9,6
E	3,3	11,1	9,6
C+D+E	44,3	42,8	43,7

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil, 2011.

No município de São Jose dos Campos segundo Paula e Papali (2012, p. 206), “a taxa média de evasão na graduação presencial observado para

instituições de ensino particular, no período entre 2000 e 2005, foi de 37,62 bem acima, portanto, da média apresentada por Lobo e Silva et, al, 2007, enquanto a do ensino público foi de 10,62.

Tabela 3: Taxas de evasão da graduação presencial em São Jose dos Campos – 1995 - 2009

IES	Federal	Estadual	Privada
1995	14,61	0	35,95
1996	-11,94	0	47,35
1997	18,95	6	56,77
1998	34,86	14	56,85
1999	36,67	-6	54,98
2000	29,31	6	54,01
2001	28,83	-24	29,69
2002	13,6	5	1,11
2003	12,4	27,78	35,91
2004	10,32	16,3	59,55
2005	10,66	1,25	45,47
2006	24,6	10	55,01
2007	9,85	-1,25	54,18
2008	18,46	2,5	32,06
2009	14,23	12,5	50,52
Média	16,36	4,67	44,63

Fonte: Escola e Educação em São Jose dos Campos: espaço e cultura escolar – Vol VI

Os dados mostram que as condições sócias econômicas se tornam um limitador e até impeditivo, da permanência no ensino superior.

Uma iniciativa na cidade de São Jose Campos

É fato que a sociedade tem se mobilizado ante à ineficiência do Estado em suprir as necessidades de alunos que acessam o ensino superior. Muitas ações populares têm se mostrado uma ajuda neste campo.

Em São Jose dos Campos, especificamente na área educacional, uma instituição vem desempenhando o papel de dar suporte aos jovens oriundos de classe carentes para ingressarem em universidades e continuarem seus estudos e, uma vez incluídos, ajudar a mudar a realidade social. São os chamados jovens-sementes, talentos que precisam de ajuda para superar suas dificuldades e desenvolver suas potencialidades.

Segundo Cunha (2015, pg. 50)

o Instituto Semear é uma entidade de interesse social, fundada em 2010, no município de São José dos Campos/SP,

que tem como propósito identificar jovens talentosos egressos de classes sociais desfavorecidas e oferecer-lhes oportunidades para ingressarem no ensino superior de qualidade, permitindo que, no futuro, possam atuar na sociedade como agentes de mudança, por meio da profissão escolhida.

Segundo o material oficial do Instituto Semear, a principal inspiração foi modelo da Fundação Estudar, que é uma instituição incentivadora da educação e formação de líderes, oferecendo bolsas, programas de acompanhamento, *mentoring* e *networking*. A Fundação Estudar obteve grande sucesso na fomentação de líderes no país desde o início de suas atividades (1991), ajudando no desenvolvimento de pessoas que hoje são grandes referências e exemplos de empreendedores e profissionais de sucesso.

As atividades do Instituto Semear iniciaram-se em 2010 com o Projeto Piloto, em São Jose dos Campos, que selecionou 10 alunos aprovados no vestibular de diversas universidades públicas:

Em 2011 foram selecionados 23 universitários que enfrentam grandes desafios de superação na relação entre a vida acadêmica e a situação financeira limitada. Estes atuais bolsistas do Instituto Semear são jovens que estudaram no Curso Alberto Santos Dumond (CASD Vestibulares), um curso pré-vestibular fundado e administrado por universitários do ITA que oferecem ensino de qualidade para alunos carentes, dando-lhes oportunidade de concorrer a vagas nas melhores universidades do país.

O projeto se expandiu e em 2013 as cidades de Fortaleza no Ceará, e Rio de Janeiro também foram alcançadas pelo projeto.

O Instituto Semear utiliza um criterioso processo de seleção de bolsistas que leva em consideração as condições socioeconômicas e grau de alinhamento com a missão e valores discutidos no Semear, que envolve por meio da educação formar novos líderes que sejam comprometidos com os desafios sociais e que atuem como agentes multiplicadores para um Brasil melhor. Dessa forma, os estudantes universitários passam por uma série de entrevistas, provas e dinâmicas com o objetivo de levantar o perfil de liderança e empreendedorismo e bom desempenho acadêmico.

Cumprindo os critérios estabelecidos, os estudantes selecionados recebem uma bolsa de

estudos durante o primeiro de faculdade cujo objetivo consiste em reduzir a evasão escolar pois essa bolsa é destinada a gastos de transporte, moradia, alimentação e outras necessidades. Além disso, durante todo o restante do curso ele terá um programa de Mentoria, com o objetivo de lhe dar condições para uma formação mais plena já que seu mentor e orientador será uma pessoa com grande experiência de vida e de carreira profissional. O aluno tem ainda à disposição uma Rede de Contatos e Treinamentos que visa facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho, a cursos de idiomas e a programas de eventos de empresas parceiras. O Instituto ainda organiza encontros, oferece workshops, palestras e treinamentos para o desenvolvimento pessoal, intelectual e cultural dos jovens. A ideia é motivar os bolsistas a participar de projetos sociais ou desenvolverem seus próprios negócios sociais.

Tabela 4: Número de Bolsistas



Fonte: Instituto SEMEAR

Considerações Finais

Durante o trabalho percebeu-se que a educação superior no Brasil sofreu uma evolução substancial nos últimos anos. As políticas públicas facilitadoras do acesso por si só não resolvem o problema da inclusão social, já que a maioria dos alunos alcançados por essas políticas são originários das classes C, D e E, e devido as suas condições socioeconômicas estas ações governamentais não suprem totalmente suas necessidades de sustento, moradia, alimentação e transporte.

Já que é o dever do Estado fornecer Educação, essas políticas de inclusão deveriam prever tais necessidades básicas. O fato de o aluno ingressar em uma universidade e depois abandonar o curso por falta de condições cria uma situação de frustração que dificilmente será contornada.

Ações empreendedoras por parte da sociedade surtem efeito no público atingido, porém, é

insuficiente quando se pensa no universo reduzido de jovens que se utilizam das políticas públicas.

Referências

- APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.
- CUNHA, Bruna de Cássia dos Santos, Instituto SEMEAR: Um modelo de transformação social sob a perspectiva Freireana. UNIVAP, 2015.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DIAS SOBRINHO, J.; BRITO, M.R.F. La educación superior em Brasil: principales tendencias y desafíos. Avaliação, Sorocaba, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.
- PRESTES, Emília Maria da Trindade, JEZINE, Edineide & SCOCUGLIA, Afonso Celso, Revista Lusófona de Educação, 21, p. 206.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 10, p. 2, jan./abr. 1999.
- FÁVERO, Maria de Lourdes; MANCEBO, D. (Org.). *Universidade: políticas e avaliação docente.* São Paulo: Cortez, 2004.
- INSTITUTO LOBO (www.institutolobo.org.br, acesso em 08/06/2015, PANORAMA DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ASPECTOS GERAIS DAS CAUSAS E SOLUÇÕES
- LUCHMANN, Julio Cesar. Ensino Superior no Brasil (1994-2006): Políticas de Acesso e Permanência, PUC, 2007.
- MENEGUEL, Stela Maria. A crise da universidade moderna no Brasil. In: Seminário Internacional de Políticas e Gestão da Educação Superior, 2002: jun 12-14: Curitiba, PR.
- PAULA, Maria Tereza Dejuste; PAPALI, Maria Aparecida. Tendências do Ensino Superior de Graduação Presencial em São José dos Campos a partir da década de 1999. UNIVAP, São Jose dos Campos, história e cidade. V. VI, 2012.
- SACRAMENTO, Hellen R. S.. **Rompendo Fronteiras:** quando jovens de origem popular chegam à universidade. Scientia Plena, Universidade Federal de Sergipe, v.5, n. 11, p.1-11, 30 nov. 2009.
- MOROSINI, Marília (Org.). **Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008.
- RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de;



MOROSINI, Marília (Orgs). **Educação Superior no Brasil: 10 Anos Pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008, p.39-50.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes; MANCEBO, D. (Org.). *Universidade: políticas e avaliação docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

SOBRINHO, Jose Dias. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: Faces da Exclusão e limites da Inclusão. *Educ. Soc. Campinas*, v. 31, n. 113, p. 1223-1234, out-dez 2010.

TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação**. 4ª edição. Campinas São Paulo: Autores associados, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 4. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Sites:

- www.ibge.gov.br
- www.ipea.gov.br
- www.portal.mec.gov.br